

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



## SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA

	YEARLY (Annual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series ; (As 3 series) ;	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —  
Acréscce o porte quando remetido pelo correio

# GOVERNMENT GAZETTE

## BOLETIM OFICIAL

(Tradução)

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN  
AND DIU

## ORDER

GAD/74/62/20634

In exercise of the powers conferred by clauses 2 and 3 of the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962, and notwithstanding anything to the contrary contained in any law for the time being in force within this Territory, I hereby make the following order:

1. The rate of the Special Industrial Tax for the tapping of the palm-trees leviable under clause (b) of the article 5 of the Legislative Diploma No. 1761 dated the 8th February, 1958 read with article 71 of the Legislative Diploma No. 1770 of the 15th March 1958 as amended by the Legislative Diploma No. 1968, of the 14th January, 1960, is raised to Rs. 15/-.

2. This Order shall apply to the whole of the Union Territory of Goa, Daman and Diu. It shall come into force on the 1st January, 1963.

THE LIEUTENANT GOVERNOR

T. Sivasankar

Panjim, 13th December, 1962.

## ORDER

In exercise of the powers vested in me under paragraph 2 of the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962, read with Decree Law no. 28 778 of 22-6-1938, and notwithstanding anything contained in any Law for the time being in force in this Territory, I hereby make the following Order:

Article 1 — The Fazenda Branch Offices of Daman and Diu shall have the rank of the 3rd grade.

Article 2 — The period of duration of the commission of secretaries of Fazenda Branch Offices mentioned in the article 1 shall be of 18 months only.

THE LIEUTENANT GOVERNOR

T. Sivasankar

Panjim, 15th December, 1962.

GOVERNO DE GOA, DAMÃO  
E DIO

## Portaria

GAD/74/62/20634

No uso das faculdades conferidas pelos n.ºs 2 e 3 de «The Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962», e sem embargo do disposto em qualquer lei presentemente em vigor neste território, determino o seguinte:

1. A taxa de contribuição industrial especial, para a lavra de palmeiras, cobrável ao abrigo da alínea b) do artigo 5.º do Diploma Legislativo n.º 1761, de 8 de Fevereiro de 1958, conjugado com o artigo 71.º do Diploma Legislativo n.º 1770, de 15 de Março de 1958, com a nova redacção dada pelo Diploma Legislativo n.º 1968, de 14 de Janeiro de 1960, é elevada a Rps. 15/-.

2. Esta portaria será extensiva a todo o território da União, de Goa, Damão e Dio. Entrará em vigor a partir de 1 de Janeiro de 1963.

O GOVERNADOR-TENENTE

T. Sivasankar

Pangim, 13 de Dezembro de 1962.

## Portaria

No uso das faculdades que me são conferidas pelo n.º 2 de «The Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962», conjugado com o Decreto-Lei n.º 28 778, de 22 de Julho de 1938, e sem embargo do disposto em qualquer lei presentemente em vigor neste território, determino o seguinte:

Artigo 1.º As Repartições de Fazenda de Damão e Dio passam a ter a categoria de 3.ª classe.

Art. 2.º A duração das comissões de secretários de Fazenda das Repartições designadas no artigo 1.º será de 18 meses.

O GOVERNADOR-TENENTE

T. Sivasankar

Pangim, 15 de Dezembro de 1962.

## Notificação

ELN/VPT/62

In exercise of the powers conferred on him by sub-section (1) of s.65 of the Goa, Daman and Diu Village Panchayats Regulations, 1962, the Lieutenant Governor is hereby pleased to make under clause (a) of sub-section (2) of s.65 of the said Regulations the following rules, namely:

Short title.

1. These rules may be called the Goa, Daman and Diu Village Panchayats (Gram Sabha Meetings) Rules, 1962.

Place of meetings.

2. The meetings of the Gram Sabha shall ordinarily be held in the office of the Village Panchayat or at any other convenient public place accessible to all in the village as may be determined by the Sarpanch or in his absence by the Deputy Sarpanch.

1st meeting of Gram Sabha to be held within two months from the commencement of the financial year.

3. The first meeting of the Gram Sabha in every financial year shall be held within two months from the commencement of that year and the second meeting shall be held in November every year or on such date and at such time as may be fixed by the Sarpanch or in his absence by the Deputy Sarpanch.

Extraordinary meetings.

4. The Sarpanch may at any time of his own motion or shall, if so required by the Chief Secretary or by the Collector of Daman or by the Civil Administrator Diu in the case of Goa, Daman and Diu respectively, call an extraordinary meeting of the Gram Sabha.

Notice of the ordinary and extraordinary meetings.

5. The notice of an ordinary meeting of the Gram Sabha shall be given at least seven clear days before the date of such meeting and in the case of an extraordinary meeting at least four clear days before the date of such meeting.

Mode of publication of notice of meetings.

6. A notice of meeting, either ordinary or extraordinary, of the Gram Sabha shall be published.

(a) by affixing it at office of the Panchayat and at any other conspicuous public place or places in the village and

(b) by making an announcement by a beat of drum on the day immediately preceding the date of the meeting.

Contents of the notice.

7. The notice of a meeting of the Gram Sabha shall specify the date, time and place of the meeting and the nature of the business to be transacted at the meeting. The business to be transacted at the first meeting in every year shall include items as provided in Sub-Section (1) of s.6 of the Regulation.

Mode of placing proposals.

8. Any proposal which a person desires to place before a meeting of the Gram Sabha may be sent by him to the Sarpanch or in his absence to the Deputy Sarpanch at least two days before the date of the meeting. The Sarpanch or in his absence the Deputy Sarpanch shall decide whether any such proposal received before

## Portaria

ELN/VPT/62

No uso das faculdades que lhe são conferidas pelo parágrafo (1) do artigo 65.º da Lei de Panchayats Aldeanos de Goa, Damão e Dio, 1962, o Governador-Tenente promulga as seguintes normas, ao abrigo da alínea (a) do parágrafo (2) do artigo 65.º da referida lei.

Designação.

1. Estas normas denominar-se-ão Normas de Panchayats Aldeanos (Reuniões do Gram Sabha) de Goa, Damão e Dio, 1962.

Local das reuniões.

2. As reuniões do Gram Sabha deverão, normalmente, realizar-se na casa de sessões do Panchayat Aldeano ou em qualquer outro local público conveniente, acessível a todos os habitantes da aldeia, que venha a ser designado pelo Presidente ou, no seu impedimento, pelo Vice-Presidente.

A primeira reunião do Gram Sabha deverá realizar-se no prazo de dois meses do início do ano económico-financeiro.

3. A primeira reunião do Gram Sabha, em cada ano económico-financeiro deverá realizar-se no prazo de dois meses contados do início desse ano, e a segunda reunião deverá realizar-se em Novembro de cada ano ou na data e hora que vier a ser fixada pelo Presidente ou, no seu impedimento, pelo Vice-Presidente.

Reuniões extraordinárias.

4. O Presidente poderá convocar uma reunião extraordinária do Gram Sabha, em qualquer altura de sua própria iniciativa ou se assim for determinado pelo Secretário-Chefe, pelo Collector de Damão ou pelo Administrador Civil de Dio, tratando-se de Goa, Damão e Dio, respectivamente.

Aviso das reuniões ordinárias e extraordinárias.

5. O aviso duma reunião ordinária do Gram Sabha será dado com a antecedência de ao menos sete dias da data dessa reunião e, no caso de uma reunião extraordinária, com a antecedência de ao menos quatro dias da data da mesma.

Maneira como será tornado público o aviso da reunião.

6. O aviso da reunião do Gram Sabha, quer seja duma reunião ordinária ou extraordinária, será tornado público:

(a) afixando-se o mesmo na casa das sessões do Panchayat e em qualquer outro lugar ou lugares públicos proeminentes da respectiva aldeia e

(b) mediante pregão, nas vésperas da data da reunião.

Conteúdo do aviso.

7. O aviso da reunião do Gram Sabha indicará a data, hora e local da reunião e a natureza dos assuntos que serão tratados na reunião. Os assuntos a serem tratados na primeira reunião em cada ano incluirão os que se acham indicados no parágrafo (1) do artigo 6.º da lei.

Modo de apresentar propostas.

8. Qualquer indivíduo que deseje submeter uma proposta a uma reunião do Gram Sabha, poderá enviar a mesma ao Presidente ou, no seu impedimento, ao Vice-Presidente, com a antecedência de ao menos dois dias da data da reunião. O Presidente ou, no seu impedimento, o Vice-Presidente, decidirá se tal proposta, recebida antes ou depois da publicação do aviso,

or after the publication of the notice should be placed before the meeting of the Gram Sabha or not. The Sarpanch or in his absence the Deputy Sarpanch may disallow any such proposal on any of the following grounds:

- (i) If the proposal is of a defamatory character.
- (ii) If the language used in the proposal is offensive.
- (iii) If the proposal is against public interest.
- (iv) If the proposal is of a trivial nature.
- (v) If the proposal is in respect of matter which is subjudice.

If the proposal to be placed before the meeting of the Gram Sabha is to be disallowed on any other ground the Sarpanch or in his absence the Deputy Sarpanch shall place the matter before the Village Panchayat whose decision in the matter shall be final.

Consideration of proposals by Village Panchayat

9. A meeting of the Village Panchayat shall be held on the day immediately preceding the date fixed for the meeting of the Gram Sabha to consider the proposals coming before the meeting of the Gram Sabha.

Fresh notice in case of an adjourned meeting.

10. If a meeting is adjourned for want of the quorum laid down in s.5(3) of the Regulation, no quorum shall be necessary for the adjourned meeting but a fresh notice of such adjourned meeting shall be given in the manner provided in Rule 6.

Business of the meeting.

11. (1) The minute of the previous meetings shall be read at each meeting and shall be confirmed and signed by the person presiding at the meeting.

(2) Except with the permission of the person presiding at the meeting.

(a) no business, which is not included in the notice, shall be transacted at any meeting.

(b) the business to be transacted at a meeting shall ordinarily be taken in the order in which it is entered in the notice.

(3) If the business of a meeting is left undisposed of, the person presiding at the meeting may, with the consent of the persons present, adjourn the meeting to a subsequent date, time and place to be announced in the meeting. No other fresh business shall be transacted at such adjourned meeting.

Persons presiding may disallow discussion of proposition beyond the competence.

12. The person presiding at the meeting may disallow the discussion of any proposition which he considers to be beyond the competence of the Gram Sabha and in doing so, he shall record his reasons in writing.

Discussion of propositions and decision on point of order.

13. All propositions, not disallowed by the person presiding at the meeting, shall be discussed at the meeting of the Gram Sabha. The person presiding at the meet-

deverá ou não ser submetida à reunião do Gram Sabha. O Presidente ou, no seu impedimento, o Vice-Presidente, poderá rejeitar qualquer dessas propostas, com base em um dos seguintes fundamentos:

- (a) se a proposta for de carácter difamatório
- (b) se a linguagem empregada na proposta for ofensiva
- (c) se a proposta for contra os interesses públicos
- (d) se a proposta for de natureza trivial
- (e) se a proposta se relacionar com qualquer assunto afecto à justiça

Se a proposta a ser apresentada perante a reunião do Gram Sabha, tiver de ser rejeitada por qualquer outro motivo, o Presidente ou, no seu impedimento, o Vice-Presidente submeterá o assunto ao Panchayat Aldeano, cuja decisão sobre o mesmo será final.

Apreciação das propostas pelo Panchayat Aldeano.

9. Nas vésperas da data designada para a reunião do Gram Sabha, realizar-se-á uma reunião do Panchayat Aldeano, para apreciar as propostas a serem submetidas à reunião do Gram Sabha.

Novo aviso, no caso de uma reunião adiada.

10. Se uma reunião for adiada por falta do quórum a que se refere o artigo 5 (3), da dita lei, não será necessário tal quórum para a reunião adiada. Será, porém, dado um novo aviso da reunião adiada, conforme se indica na norma n.º 6.

Assuntos a serem tratados na reunião.

11. (1) Em cada reunião, serão lidas as actas das reuniões anteriores, as quais serão verificadas e assinadas pela pessoa que presidir a reunião.

(2) A menos que a pessoa que presidir a reunião o autorize:

(a) não poderá ser tratado, seja em que reunião for, qualquer assunto que não esteja abrangido no aviso;

(b) os assuntos a serem tratados numa reunião, terão normalmente, a precedência que tiver sido indicada no aviso.

(3) Se os assuntos a serem tratados numa reunião, ficarem sem ser resolvidos, a pessoa que presidir a reunião poderá, com o assentimento das pessoas presentes, adiar a reunião para uma data posterior, à hora e no local, que serão designados na reunião. Em tais reuniões adiadas, não será tratado nenhum novo assunto.

A pessoa que presidir a reunião poderá proibir a discussão de propostas fora da competência.

12. A pessoa que presidir qualquer reunião poderá proibir a discussão de qualquer proposta que, no seu entender, fique fora da competência do Gram Sabha, e deverá, para tal fim, constatar as suas razões por escrito.

Discussão das propostas e decisão sobre as objecções suscitadas.

13. Todas as propostas que não tenham sido rejeitadas pela pessoa que presidir a reunião, serão discutidas na reunião do Gram Sabha. A pessoa que presidir a

ing shall decide all points of order arising during the course of the meeting and his decision thereon shall be final.

Duty of the person presiding to preserve order.

14. It shall be the duty of the person presiding at the meeting to regulate the transaction of business at the meeting and to preserve order. He shall have all the powers necessary for the purpose.

Power of person presiding to cause withdrawal of member of obstructive conduct.

15. If any member disregards the authority of the person presiding at the meeting or is guilty of obstructive or offensive conduct in a meeting or interrupts the proceedings of a meeting the person presiding at the meeting shall have power to cause withdrawal of such person from the meeting.

Record of proceedings.

16. A brief record of the proceedings of every meeting of the Gram Sabha shall be kept in any of the following languages: namely Hindi, English, Konkani, Marathi and Gujarathi in a bound book and a copy of the proceedings shall be sent within seven days of the meeting to the Chief Secretary in the case of Territory of Goa and to the Collector of Daman and Civil Administrator, Diu in the case of Daman and Diu respectively.

THE LIEUTENANT GOVERNOR

*T. Sivasankar*

Panjim, 14th December, 1962.

#### Notification

GAD/74/62/21 045

The following amendment orders nos. GCR/1594 and 1595 passed by the Government of India dated 26th November, 1962 are hereby reproduced for the information of the general public.

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

A. U. Desai, Additional Civil Administrator, GAD.  
Panjim, 18th December, 1962.

#### MINISTRY OF HOME AFFAIRS

#### ORDERS

*New Delhi, the 26th November 1962*

G. S. R. 1594. — In exercise of the powers conferred by clause (1) of article 359 of the Constitution, the President hereby makes the following amendments in Order No. G. S. R. 1418, dated the 30th October, 1962, namely: —

In the said Order, —

(1) for clause (b), the following clause shall be substituted, namely: —

«(b) a person who, or either of whose parents, or any of whose grand parents was at any time a citizen or subject of any country committing external aggression against India, or of any other country assisting the country committing such aggression against India.»

reunião decidirá sobre as objecções suscitadas no decurso da reunião, e a sua decisão sobre as mesmas será final.

Obrigaçao da pessoa que presidir a reunião, de manter a ordem.

14. Competirá a pessoa que presidir a reunião dirigir os trabalhos da reunião e manter a ordem. Terá todos os poderes necessários para tal fim.

A pessoa que presidir a reunião terá poderes para mandar retirar da reunião ou interromper o prosseguimento duma reunião, a pessoa que presidir a reunião terá poderes para mandar retirar esse membro da reunião.

15. Se qualquer membro desrespeitar a autoridade da pessoa que presidir a reunião, ou se o mesmo for culpado de conduta obstrucionista ou ofensiva numa reunião, a pessoa que presidir a reunião terá poderes para mandar retirar esse membro da reunião.

Registo das actas

16. Será mantido, em livro encadernado, um registo resumido das actas de cada reunião do Gram Sabha, em qualquer das seguintes línguas: hindi, inglês, concanin, marata e gujerati. Uma cópia das actas será enviada, no prazo de sete dias contados da data da reunião, ao Secretário-Chefe, tratando-se de Goa; ao Collector de Damão e ao Administrador de Dio, tratando-se de Damão e Dio, respectivamente.

O GOVERNADOR-TENENTE

*T. Sivasankar*

Pangim, 26 de Dezembro de 1962.

(2) for the explanation, the following explanation shall be substituted, namely: —

«Explanation. — In this Order, the word «foreigner» has the meaning assigned to it in the Foreigners Act, 1946 (31 of 1946).»

(No. 4/1/62-F.I.)

G. S. R. 1595. — In exercise of the powers conferred by sections 3, 4 and 8 of the Foreigners Act, 1946 (31 of 1946), read with the Foreigners Law (Application and Amendment) Act, 1962 (42 of 1962), the Central Government hereby makes the following Order to amend the Foreigners (Internment) Order, 1962, namely: —

1. This Order may be called the Foreigners (Internment) Amendment Order, 1962.

2. In the said Order, for paragraph 3, the following paragraph shall be substituted, namely: —

«3. Application of chapter. — This chapter shall apply to and in relation to any foreigner who is, and any person who, or either of whose parents, or any of whose grand parents was at any time a citizen or subject of any country at war with, or committing external aggression against, India or of any other country assisting the country at war with, or committing such aggression against, India.»

(No. 6/168/62-F.I.)

FATEH SINGH, Jt. Secy.